

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 22, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre a aprovação *ad referendum* do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) – 2020 da Universidade Federal do Tocantins.

O Magnífico Reitor da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Presidente do Conselho Universitário (Consuni), Professor Luís Eduardo Bovolato, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *ad referendum* do Conselho Universitário o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) – 2020 da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo único a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.007961/2019-21.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA (PAINT) – 2020 DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

Anexo único da Resolução nº 22/2020 - Consuni

Aprovado *ad referendum* do Conselho Universitário em 26 de fevereiro de 2020

Palmas/TO
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
AUDITORIA INTERNA

Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Sala 19, Bloco IV, Reitoria | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4111 | audin@uft.edu.br | www.uft.edu.br/audin



PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAINT

Exercício 2020

PALMAS, OUTUBRO DE 2019

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABR – Auditoria Baseada em Riscos

AUDIN – Auditoria Interna

CAR – Câmpus de Arraias

CAUG – Câmpus de Gurupi

CAUM – Câmpus de Miracema

CAUT – Câmpus de Tocantinópolis

CPN – Câmpus de Porto Nacional

CUAR – Câmpus de Araguaína

CUP – Câmpus de Palmas

CGU – Controladoria Geral da União

CONSUNI – Conselho Universitário

COPESE – Comissão Permanente de Seleção

COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

DAC – Diretoria de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas

DAE – Diretoria de Assistência Estudantil

DAP - Diretoria de Acompanhamento de Programas

DCF – Diretoria de Contabilidade e Finanças

DDP – Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas

DESMAN – Diretoria de Engenharia, Arquitetura, Serviços Continuados, Manutenção Predial e Equipamentos

DEXT – Diretoria de Extensão e Cultura

DGO – Diretoria de Gestão Orçamentária

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

DIPLAN – Diretoria de Planejamento e Avaliação

DIRAD – Diretoria Administrativa

DIRCA – Diretoria de Registro e Controle Acadêmico

DIRPESQ – Diretoria de Pesquisa

DIRPOS – Diretoria de Pós-graduação



DPEE – Diretoria de Políticas e Programas Especiais em Educação
DRADIO – Diretoria da Rádio Universitária
GR – Gestão de Riscos
MR – Matriz de Riscos
OUV – Ouvidoria Geral
PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna
PROAD – Pró-Reitoria de Administração e Finanças
PROAP – Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento
PROEST – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGEDEP – Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PU – Prefeitura Universitária
STI – Superintendência de Tecnologia da Informação
SUCOM – Superintendência de Comunicação
TCU – Tribunal de Contas da União
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFT – Universidade Federal do Tocantins



ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Equipe da Auditoria Interna em 01 de outubro de 2019	7
Figura 2 – Indicadores para hierarquização dos riscos	8
Figura 3 – Matriz de risco	17
Figura 4 – Tabela das áreas de risco.....	18
Figura 5 – Matriz de Risco das Áreas.....	19
Figura 6 – Hierarquização no nível estratégico.....	20
Figura 7 - Hierarquização no nível tático.....	20
Figura 8 - Hierarquização dos campus.....	20
Figura 9 – Escalas de probabilidade e impacto	21
Figura 10 – Escala de nível de risco	21
Figura 11 – Hierarquização por assunto do estoque de recomendações.....	21
Figura 12 – Matriz de risco por assunto de recomendações emitidas	24
Figura 13 – Previsão de ações de capacitação – Audin/UFT	32
Figura 14 – Matriz de risco execução do PAINT.....	34



ÍNDICE

2. A INSTITUIÇÃO	5
3. A AUDITORIA INTERNA	6
3.1. Estrutura.....	7
3.2. Recursos Humanos	7
3.3. Recursos Materiais e Sistemas Disponíveis.....	7
4. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE AUDITORIA	7
5. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020.....	26
6. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PREVISTAS	32
7. DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS, PREMISSAS, RESTRIÇÕES E RISCOS ASSOCIADOS.....	33

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT é a ferramenta de planejamento utilizada para descrever as atividades que serão desenvolvidas pela Auditoria Interna em um período determinado, sendo geralmente o exercício subsequente.

A elaboração do planejamento é pautada nos preceitos da Instrução Normativa nº 09, de 09 de outubro de 2018 do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, principalmente do seu art. 5º, onde trata que o PAINT deverá conter, no mínimo a relação dos macroprocessos ou temas passíveis de serem trabalhados, classificados por meio de matriz de risco, com a descrição dos critérios utilizados para a sua elaboração; a identificação dos macroprocessos ou temas constantes da matriz de risco, a serem desenvolvidos no exercício seguinte, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos; e a estimativa de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna.

Desde 2014 o PAINT é elaborado de acordo com a auditoria baseada em riscos, metodologia desenvolvida pela Auditoria Interna da UFABC e utilizada como parâmetro para a definição das atividades de auditoria. A metodologia consiste na hierarquização das ações a serem realizadas de acordo com a visão dos gestores dos níveis estratégico, tático e operacional e da auditoria interna. Devido às dificuldades encontradas pela equipe de auditoria em recolher as informações no nível operacional, optou-se então por utilizar a visão dos gestores dos níveis estratégico e tático, até que os conceitos de risco e gestão de riscos estejam completamente disseminados no ambiente da instituição. A fim de colaborar com o fomento da gestão de riscos na universidade, a auditoria interna vem utilizando a metodologia descrita acima antes mesmo de ter sido implementada a GR na instituição, no intuito de tornar os gestores cientes dos riscos e buscar mecanismos para tratá-los.

2. A INSTITUIÇÃO

Instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, a Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Educação destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente (Artigo 207 da Constituição Federal).

Atualmente, conta com mais de 17 mil alunos, em sete campus universitários, a UFT mantém 64 cursos de graduação, além de dezenas de cursos de especialização,

34 cursos de mestrados e 7 doutorados, o que permite a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino público superior.

Sua **missão** é *formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal* (conforme redação dada pelo Planejamento Estratégico 2014-2022).

Sua **visão** é *ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão* (idem).

São **valores** da UFT:

- Respeito à vida e à diversidade;
- Transparência;
- Comprometimento com a qualidade;
- Criatividade e inovação;
- Responsabilidade social;
- Equidade.

Por fim, os grandes **pilares estratégicos** da Instituição, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2020) são:

- Atuação sistêmica;
- Articulação com a sociedade;
- Aprimoramento da gestão;
- Valorização humana.

3. A AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é o órgão técnico de assessoramento da gestão com subordinação hierárquica ao Conselho Universitário e técnica ao Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo. É responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e realizar a interlocução com os órgãos de controle interno e externo.

Deve, ainda, propor ações de fiscalização, avaliação, controle, monitoramento e assessoramento com base em técnicas e procedimentos definidos por órgãos internacionais e adequados à realidade da instituição, utilizando-se dos programas e planos de auditoria.

3.1. Estrutura

A Auditoria Interna tem suas finalidades, objetivos e competências descritos no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução Consuni nº 23, de 16 de dezembro de 2014

3.2. Recursos Humanos

O quadro da Audin é composto pelos seguintes servidores:

Figura 1 – Equipe da Auditoria Interna em 01 de outubro de 2019

Nome	Cargo/Função
Dilson Pereira dos Santos Júnior	Auditor/Coordenador de Auditoria Interna
Karina Mosel Paixão Balestra	Administradora/Auditora Interna
Fabiane de Fátima Ferreira Nunes ¹	Administradora/Auditora Interna
Rita de Cássia Alves Oliveira	Administradora/Auditora Interna

Fonte: AUDIN/UFT

3.3. Recursos Materiais e Sistemas Disponíveis

Com o novo modelo de distribuição da matriz orçamentária, a Auditoria Interna tornou-se uma UG – unidade gestora e, para o exercício de 2020, o orçamento previsto é de R\$ 11.508,50. A unidade conta ainda com o mobiliário mínimo para o desenvolvimento dos trabalhos. Os computadores disponíveis estão todos ligados à internet e possuem acesso aos sistemas do Governo Federal e às demais informações disponíveis na rede.

4. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE AUDITORIA

O Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT para o exercício de 2020 leva em consideração toda a legislação referente ao planejamento das atividades de auditoria, bem como as informações e metas disponíveis no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2020, e a metodologia da Auditoria Baseada em Riscos – ABR, que foi idealizada pela equipe de auditoria da Universidade Federal do ABC e compartilhada nos treinamentos e fóruns de auditoria, adaptada à realidade da UFT.

Há a necessidade de se utilizar a abordagem da auditoria baseada em riscos tendo em vista não só a função de assessoramento da Audin e o atendimento dos normativos legais, mas principalmente pelo fato de que ao fazer uso deste método, tem-se a identificação das áreas que devem ser auditadas e a vulnerabilidade pertinente a cada uma delas e, mesmo considerando a impossibilidade de uma percepção completa do risco, a estimativa dele é considerada importante subsídio ao planejamento e direcionamento dos trabalhos de auditoria interna.

¹ Servidora com previsão de licença maternidade, com retorno previsto para o segundo semestre de 2020.

Uma vez mensurados os riscos das unidades administrativas, é construída uma Matriz de Riscos – MR com a classificação das áreas segundo sua vulnerabilidade. O referido documento subsidia a elaboração do PAINT 2020, o qual é fundado com base na análise dos riscos inerentes a cada um dos setores, levando-se em conta o montante e a natureza dos recursos geridos por cada uma das áreas sua criticidade, de acordo com as recomendações pendentes do Sistema Monitor e os demais indicadores (indicadores desenvolvidos pela auditoria interna da Universidade Federal de Alfenas – Unifal e adaptados para a UFT) listados a seguir, que norteiam a seleção das áreas a serem auditadas.

Figura 2 – Indicadores para hierarquização dos riscos

INDICADOR	PARÂMETRO DE ANÁLISE
1 - A execução do processo/ação envolve arrecadação de recursos	Quanto mais recurso arrecadado, mais relevante
2 - Processo/ação encontra aderência ao PDI	Quanto maior a aderência, mais relevante.
3 - Quantidades de recomendações emitidas pelos órgãos de controle (TCU, CGU e Audin)	Quanto mais recomendações, mais relevante.
4 - Graus de atingimento das metas estabelecidas para o exercício vigente	Quanto mais longe da meta, mais relevante.
5 – Respostas ao questionário para hierarquização	Sem resposta, mais relevante.

Fonte: Audin/Unifal, com adaptações.

Assim, o procedimento realizado pela Audin resultou em matriz que se propõe a:

- subsidiar o planejamento dos trabalhos de auditoria, quando da elaboração do PAINT, na definição do escopo da análise e no direcionamento geral dos trabalhos;
- contribuir para a análise da gestão;
- prover informações gerenciais;
- subsidiar a tomada de decisões; e
- promover um melhor conhecimento sobre o sistema de controle interno da UFT.

Os riscos devem ser avaliados da seguinte forma:

- identificação das unidades administrativas da UFT passíveis de auditoria;
- avaliação do risco correspondente a cada área, segundo as visões do gestor e do auditor;
- estabelecimento de classificação em função do grau de risco;

- identificação de processos chaves e críticos geridos pelas unidades administrativas;
- aplicação dos indicadores;
- elaboração do plano anual de auditoria baseado na avaliação de riscos.

Dessa forma, a avaliação de risco foi obtida mediante dados provenientes dos gestores do nível estratégico e tático, e da percepção da equipe da Auditoria Interna. Tais informações têm por finalidade respaldar a tomada de decisões referente ao escopo dos trabalhos de auditoria no exercício de 2020.

Existem diversas formas de classificar os riscos inerentes aos processos organizacionais da instituição. Os fatores de risco utilizados neste projeto foram baseados em questionário formulado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, convencionado de maneira a proporcionar amplitude e generalidade. Desse modo, o padrão de questões adotado permite sua aplicação junto aos gestores, a fim de que se conheça a magnitude do grau de risco relativo a cada área da UFT segundo a ótica da própria gestão.

Por sua vez, cada um dos cinco fatores de risco previstos na metodologia COSO e utilizada pelo TCU (ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento) se subdivide em afirmações a serem analisadas, às quais serão atribuídos pesos iguais na avaliação.

A avaliação do risco pelo gestor ocorrerá por meio da aplicação do modelo descrito a seguir. Cumpre ressaltar que neste momento apenas serão analisadas as unidades administrativas em nível estratégico e tático, quais sejam:

1. Reitoria;
 - 1.1. Vice-reitoria;
 - 1.2. Comissão Permanente de Seleção – Copese;
 - 1.3. Diretoria da Rádio Universitária
 - 1.4. Diretoria de Gestão Documental
 - 1.5. Diretoria de Tecnologias Educacionais
 - 1.6. Superintendência de Comunicação;
 - 1.7. Superintendência de Tecnologia da Informação
 - 1.8. Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento
 - 1.8.1. Diretoria de Orçamento
 - 1.8.2. Diretoria de Planejamento
 - 1.9. Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

- 1.9.1. Diretoria de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas
- 1.9.2. Diretoria de Extensão e Cultura
- 1.10. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
 - 1.10.1. Diretoria de Assuntos Estudantis
 - 1.10.2. Diretoria de Avaliação dos Programas
- 1.11. Pró-Reitoria de Graduação
 - 1.11.1. Diretoria de Desenvolvimento e Regulação da Graduação
 - 1.11.2. Diretoria de Programas Especiais de Educação
 - 1.11.3. Diretoria de Registro e Controle Acadêmico
- 1.12. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 - 1.12.1. Diretoria de Pesquisa
 - 1.12.2. Diretoria de Pós-graduação
- 1.13. Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
 - 1.13.1. Diretoria de Gestão de Pessoas
 - 1.13.2. Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
- 1.14. Prefeitura Universitária
 - 1.14.1. Diretoria de Manutenção
- 1.15. Pró-Reitoria de Administração
 - 1.15.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças
 - 1.15.2. Diretoria Administrativa
- 2. Direção Campus de Araguaína
- 3. Direção Campus de Arraias
- 4. Direção Campus de Gurupi
- 5. Direção Campus de Miracema
- 6. Direção Campus de Palmas
- 7. Direção Campus de Porto Nacional
- 8. Direção Campus de Tocantinópolis

A seleção dos servidores para participar do processo de avaliação das áreas na UFT ocorreu em critérios estabelecidos pela equipe da Audin, com a finalidade de eliminar a subjetividade na escolha.

Para as áreas consideradas de nível estratégico (pró-reitorias, superintendências, prefeitura universitária e direção de campus) foram selecionados os servidores ocupantes dos cargos de pró-reitor, superintendente, prefeito universitário e diretor de campus. Já para o nível tático (diretorias) foram selecionados os servidores que detêm o cargo de diretor. Dessa forma, segue o questionário a ser aplicado a cada um dos gestores responsáveis por cada uma das áreas a serem analisadas:

FATORES A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO
Ambiente de Controle	GESTOR
1. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela área são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da área.	
2. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão formalizados.	
3. Há mecanismos que garantam ou incentivam a participação dos servidores dos diversos níveis da estrutura da área na elaboração dos procedimentos das instruções operacionais.	
4. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	
5. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da área.	
6. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela área.	
Subtotal por Fator de Risco	
Avaliação de Risco	GESTOR
7. Os objetivos e metas da área estão formalizados.	
8. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da área	
9. É prática da área o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	
10. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	
Subtotal por Fator de Risco	
Procedimentos de Controle	GESTOR
11. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da área, claramente estabelecidas.	
12. As atividades de controle adotadas pela área são apropriadas, funcionam consistentemente e possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam resultar de sua aplicação.	
Subtotal por Fator de Risco	
Informação e Comunicação	GESTOR
13. A informação relevante para a área é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente aos interessados.	
14. As informações consideradas relevantes pela área são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao pessoal da área tomar as decisões apropriadas.	
15. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da área, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	
Subtotal por Fator de Risco	
Monitoramento	GESTOR
16. O sistema de controle interno da área é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	
17. O sistema de controle interno da área tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas.	
18. O sistema de controle interno da área tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	
Subtotal por Fator de Risco	
PONTUAÇÃO TOTAL	

Valores da avaliação (adaptação da escala de Likert sem o elemento central)
(0) Concordo Totalmente
(1) Concordo em grande parte, mas não totalmente.
(2) Não concordo em grande parte, mas não totalmente.
(3) Não concordo totalmente

- Concordo totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada;
- Concordo em grande parte, mas não totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada, porém, **em sua maioria**;
- Não concordo em grande parte, mas não totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada, porém, **em sua minoria**;
- Não concordo totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da área avaliada.

A pontuação para os itens contemplados em cada fator de risco poderá variar no intervalo de 0 a 3, considerando as graduações da escala de Likert sem o elemento central. Assim, os pontos deverão ser atribuídos de acordo com a percepção do avaliador quanto à resposta apropriada para cada afirmação.

A consolidação dos dados para análise de risco foi realizada em planilhas desenvolvidas pela Auditoria Interna contendo a automação dos cálculos das respostas, as quais foram colhidas através da ferramenta Formulários Google ®.

O segundo componente do processo de avaliação das áreas é a percepção do auditor, que consiste no estabelecimento de 12 questões pertinentes à atuação da Auditoria Interna, que serão analisadas conforme critérios de pontuação pré-definidos, podendo o percentual variar de 0 até 200 e aplicação dos indicadores previamente identificados e definidos. Com fundamento na Seção II do Capítulo VI do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as variáveis básicas utilizadas para a planificação dos trabalhos de auditoria são:

- Materialidade: leva em consideração o montante dos recursos orçamentos e financeiros envolvidos;
- Relevância: importância relativa ou papel desempenhado por determinada questão, situação ou unidade; e
- Criticidade: refere-se aos elementos de vulnerabilidade ou riscos potenciais.

Questões:

1) A área executa processos críticos (volume financeiro) ou chaves (relacionados com atividades finalísticas da instituição)?

(0) não

(2) sim

2) Quando foi a última vez que a área foi auditada?

(0) nos últimos 6 meses

(1) no intervalo de 6 a 12 meses

(2) no intervalo de 12 a 24 meses

(4) há mais de 2 anos

(5) nunca

3) Qual o montante de recursos orçamentários movimentado pela área?

(0) de R\$ 0,00 a R\$ 100.000,00

(1) de R\$ 100.000,01 a R\$ 1.000.000,00

(2) de R\$ 1.000.000,01 a R\$ 10.000.000,00

(4) de R\$ 10.000.000,01 a R\$ 50.000.000,00

(5) acima de R\$ 50.000.000,00

4) Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, como são avaliados os controles internos da área?

(0) ótimos

(5) bons

(2) razoáveis

(4) frágeis

(5) muito frágeis

5) Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, as informações disponibilizadas pela área, nos mais variados meios, são dotadas de qualidade e propiciam uma comunicação adequada com interessados?

(5) frequentemente

(10) algumas vezes

(15) raramente

6) Qual a probabilidade e o impacto de riscos à imagem da UFT nos processos executados pela área?

- (0) baixa probabilidade e baixo impacto
- (5) alta probabilidade e baixo impacto
- (10) baixa probabilidade e alto impacto
- (15) alta probabilidade e alto impacto

7) A área costuma acatar/implementar recomendações feitas pela Auditoria Interna e pelos órgãos de controle (CGU e TCU)?

- (0) não houve recomendação
- (1) sempre acata
- (2) frequentemente acata
- (3) algumas vezes acata
- (4) raramente acata
- (5) nunca acata

8) A área arrecada recursos?

- (0) não
- (2) sim

9) A área possui processos/ações com aderência ao PDI?

- (0) não
- (2) sim

10) Quantas recomendações foram emitidas para a área?

- (0) nenhuma
- (5) no intervalo de 1 a 5
- (10) no intervalo de 6 a 10
- (15) 11 ou mais

11) Qual a porcentagem de metas do PDI atingidas?

- (25) no intervalo de 0% a 25%
- (15) no intervalo de 25,01% a 50%
- (5) no intervalo de 50,01 a 75%
- (0) no intervalo de 75,01% a 100%

12) A área apresentou resposta ao questionário aplicado pela Audin para a hierarquização dos riscos?

(0) sim

(15) não

A Matriz de Risco contém a pontuação correspondente ao grau de risco das unidades administrativas avaliadas, apresentada de forma ordenada de acordo com os percentuais apurados. O modelo proposto prevê a consolidação das avaliações realizadas pelos gestores de cada área da UFT e pela Auditoria Interna.

Os valores atribuídos pelos gestores em nível estratégico e tático serão convertidos em porcentagem do referencial máximo de pontuação, no caso, o grau 3 multiplicado por 18, ou seja, pela quantidade total de afirmativas.

$$\text{Grau de risco GESTOR (\%)} = (\text{Total apurado} \times 18) / 100 \text{ (1)}$$

O Grau de Risco Médio dos Gestores será a média simples da avaliação dos gestores da área que responderam o questionário.

$$\text{Grau de risco médio dos GESTORES (\%)} = (\text{Soma do resultado do grau individual}) / \text{Quant de gestores que responderam (2)}$$

O percentual máximo possível de ser atingido pela nota do gestor é de 100%.

Por sua vez, o procedimento de avaliação pela equipe da Auditoria Interna ocorrerá com base nas questões expostas na seção 7.4, sendo que do somatório alcançado com a análise do auditor será extraído seu valor percentual após o preenchimento do questionário. Cabe ressaltar que o total máximo possível no índice da Audin é de 200%, o que facilita a conversão do resultado para porcentagem, pois será múltiplo de 100. O total de pontos possíveis fora calculado aplicando-se a fórmula utilizada na ABR, considerando as respostas que representem o maior grau de risco.

$$\text{Grau de risco AUDIN (\%)} = (\text{Valor do Auditor}) (3)$$

Uma vez concluídas as etapas (1), (2) e (3), temos os elementos para o cálculo da média aritmética ponderada final:

$$\text{Média final} = \text{Grau de risco médio dos GESTORES (\%)} \times 4 + \text{Grau de risco Audin (\%)} \times 6 / 10 \text{ (4)}$$

Ressalte-se que os pesos das avaliações foram atribuídos de acordo com as seguintes premissas:

- **Avaliação dos gestores** - obtida por entrevista conduzida pela Audin, pressupondo-se que ele não dispõe do embasamento teórico necessário

para a atribuição de pontos sem auxílio. Portanto, vale **peso 4**, por vivenciar a rotina da atividade e considerar outros aspectos de um mesmo fato, embora não seja um especialista em controles internos; e

- **Avaliação do auditor** - vale **peso 6**, por ser um especialista em controle interno e por deter visão holística da instituição.

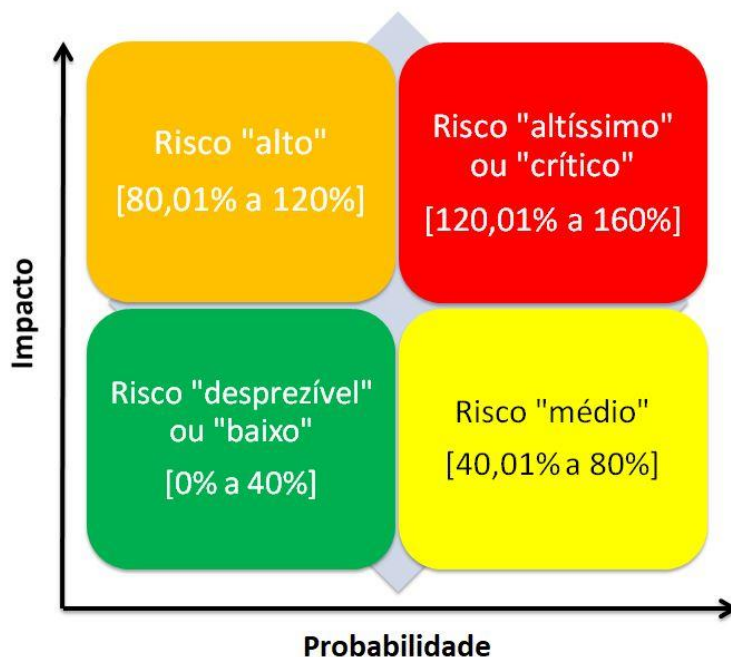
Dessa forma, a média aritmética ponderada possibilitará ordenar as áreas segundo o grau de risco, pois quanto maior for o percentual calculado, mais vulnerável será determinada unidade administrativa, exigindo, portanto, maior atenção aos processos sob a sua responsabilidade. Além disso, a matriz demonstrará se o grau de risco das áreas é baixo ou desprezível, médio, alto ou altíssimo (crítico).

É pertinente salientar que, na teoria, a análise de determinado risco considera o impacto e a probabilidade associados ao evento específico, nos moldes dos eixos x e y de um plano cartesiano. Todavia, em razão de a metodologia ora proposta tratar da avaliação de fatores tais como ambiente, controles internos, informação, comunicação, optou-se pela utilização das gradações da escala de Likert, cujo aspecto também é mais simples e didático no julgamento das questões.

O percentual máximo de risco do gestor é de 100%, caso este responda todas as questões pontuando 3 para cada item de risco. Já o percentual da AUDIN é de até 200%, haja vista o maior grau de maturidade em avaliação de controles detido por esta última.

Sendo assim, não se pretende posicionar o valor resultante da média ponderada das avaliações dos gestores e da Auditoria Interna nas coordenadas do plano cartesiano (probabilidade x impacto), mas sim classificar as áreas do maior para o menor grau de risco, bem como adotar os intervalos e cores descritos no gráfico a seguir:

Figura 3 – Matriz de risco



Fonte: Audin/UFT utilizando ABR

Portanto, deverão ser priorizadas as áreas que apresentaram o maior grau de risco, de modo a proporcionar um melhor embasamento para a definição das ações constantes do PAINT/2020.

A matriz de risco apresentada a seguir reflete a realidade das áreas cujos gestores responderam ao questionário proposto pela equipe de auditoria interna e os que não apresentaram manifestação estão destacados e tiveram sua pontuação aumentada de acordo com os indicadores aplicados, tendo em vista que há o entendimento de que a ausência de resposta leva a uma diminuição do nível de risco hierarquizado, fazendo com que esta área não seja contemplada com trabalhos de auditoria.

A unidade que não apresenta resposta ao questionário recebe acréscimo de 15 pontos no Grau de Risco na visão da AUDIN, pontos esses que terão peso 6 dentro do cálculo, majorando significativamente a nota, buscando com que as unidades não respondentes tenham mais chances de serem auditadas.

Deixaram de apresentar manifestação as seguintes unidades: DIRETORIA DE PESQUISA; COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO; DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO; CAMPUS DE ARRAIAS; CAMPUS DE GURUPI; CAMPUS DE MIRACEMA; PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS; PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO; CAMPUS DE PORTO NACIONAL; CAMPUS DE PALMAS;

CAMPUS DE ARAGUAÍNA; OUVIDORIA GERAL; DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS; DIRETORIA DA RADIO UNIVERSITÁRIA.

Figura 4 – Tabela das áreas de risco

ÁREA	GRAU DE RISCO NA VISÃO DO GESTOR	GRAU DE RISCO NA VISÃO DA AUDIN	GRAU DE RISCO MÉDIA PONDERADA
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS	66,67%	110,00%	92,67%
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESQ	55,56%	117,00%	92,42%
DIRETORIA DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO - DIRCA	31,48%	119,00%	83,99%
REITORIA	40,74%	110,00%	82,30%
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS - PROEX	31,48%	112,00%	79,79%
DIRETORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA, SERVIÇOS ONTINUADOS, MANUTENÇÃO PREDIAL E EQUIPAMENTO - DESMAN	48,15%	100,00%	79,26%
DIRETORIA DE PESQUISA - DIRPESQ	0,00%	132,00%	79,20%
DIRETORIA DE EXTENSÃO E CULTURA - DEXT	36,11%	107,00%	78,64%
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - DIRAD	18,52%	117,00%	77,61%
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO - DPEE	7,41%	124,00%	77,36%
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE	0,00%	128,00%	76,80%
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - DIRPOS	0,00%	127,00%	76,20%
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - DCF	42,59%	97,00%	75,24%
CAMPUS DE ARRAIAS	0,00%	125,00%	75,00%
CAMPUS DE GURUPI	0,00%	125,00%	75,00%
CAMPUS DE MIRACEMA	0,00%	125,00%	75,00%
DIRETORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E AÇÕES AFIRMATIVAS - DAC	34,26%	102,00%	74,90%
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PROAD	0,00%	124,00%	74,40%
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - DGP	31,48%	103,00%	74,39%
VICE REITORIA	18,52%	110,00%	73,41%
SUPERINTENDENCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI	40,74%	94,00%	72,70%
SUPERINTENDENCIA DE COMUNICAÇÃO - SUCOM	50,00%	87,00%	72,20%

DIRETORIA DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - DTE	35,19%	96,00%	71,67%
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - PROGEDEP	22,22%	103,00%	70,69%
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - DDP	21,30%	103,00%	70,32%
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - PU	0,00%	116,00%	69,60%
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD	0,00%	114,00%	68,40%
CAMPUS DE PORTO NACIONAL	0,00%	112,00%	67,20%
CAMPUS DE PALMAS	0,00%	110,00%	66,00%
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO - PROAP	0,00%	108,00%	64,80%
DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - DGO	7,41%	103,00%	64,76%
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO - DIPLAN	0,93%	103,00%	62,17%
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS - PROEST	9,26%	95,00%	60,70%
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - DAE	8,33%	95,00%	60,33%
CAMPUS DE ARAGUAÍNA	0,00%	100,00%	60,00%
OUVIDORIA GERAL	0,00%	99,00%	59,40%
DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS - DAP	0,00%	95,00%	57,00%
DIRETORIA DA RADIO - DRADIO	0,00%	78,00%	46,80%

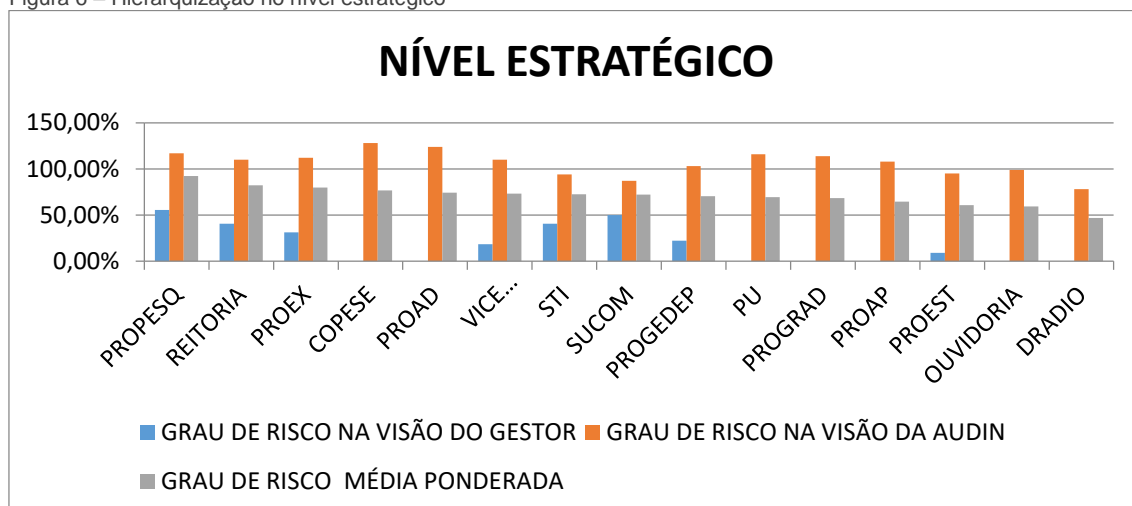
Fonte: Elaborado pela Audin, utilizando a ABR

Figura 5 – Matriz de Risco das Áreas

IMPACTO		
		DIRPESQ; PROPESQ; COPESE; DIRPOS; DIRCA; DPEE; ARRAIAS; GURUPI; MIRACEMA; TOCANTINÓPOLIS; PROAD; DEXT; DIRAD; REITORIA; PROEX; DAC; DGP; PU; VICE REITORIA; PROGRAD; DDP; PORTO NACIONAL; DESMAN; PALMAS; PROAP; PROGEDEP; DCF; DGO; DTE; DIPLAN; STI; ARAGUAÍNA; OUVIDORIA; DAE; SUCOM; PROEST; DAP; DRADIO.
	PROBABILIDADE	

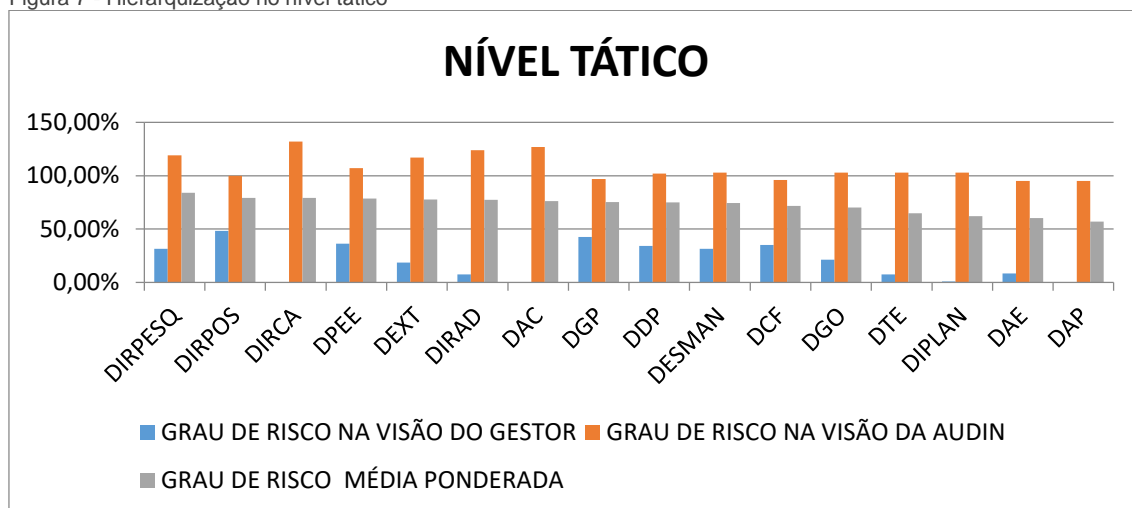
Fonte: Elaborado pela Audin, utilizando a ABR

Figura 6 – Hierarquização no nível estratégico



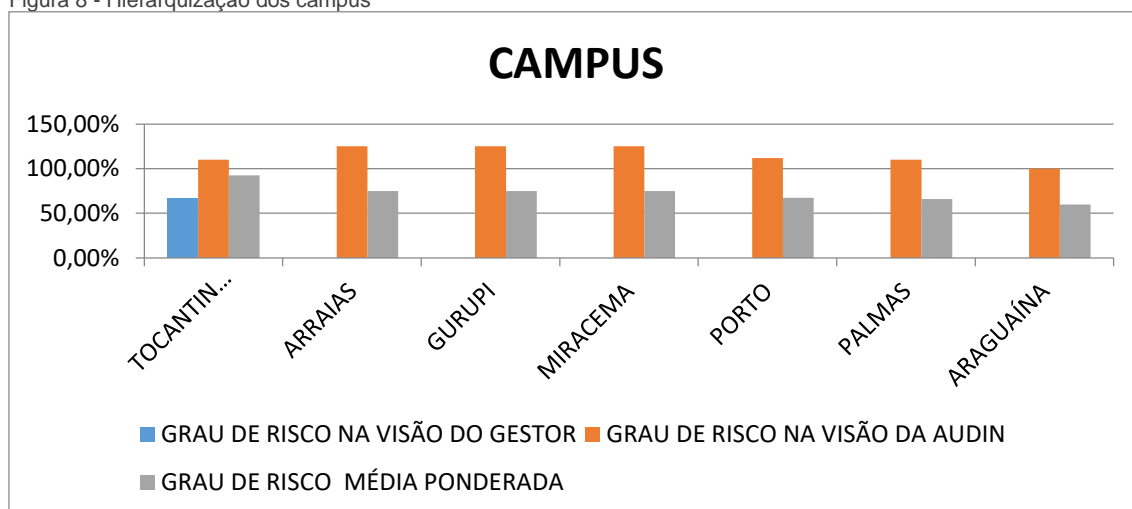
Fonte: Elaborado pela Audin, utilizando a ABR

Figura 7 - Hierarquização no nível tático



Fonte: Elaborado pela Audin, utilizando a ABR

Figura 8 - Hierarquização dos campus



Fonte: Elaborado pela Audin, utilizando a ABR

Para a seleção das áreas a serem auditadas, é utilizado também o estoque de recomendações, que é alimentado com recomendações dos órgãos de controle interno, externo e Audin, que foram emitidas desde o exercício de 2013. Tal base de dados é levada em consideração por disposição da Instrução Normativa nº 09, de 09 de outubro de 2018 da Controladoria Geral da União. A classificação é feita com a utilização dos parâmetros de probabilidade e impacto, de acordo com a tabela abaixo:

Figura 9 – Escalas de probabilidade e impacto

Escala de Probabilidades		Escala de Impactos	
Nível	Descritor	Nível	Descritor
5	Quase certo	16	Catastrófica
4	Provável	8	Maior
3	Possível	4	Moderada
2	Improvável	2	Menor
1	Raro	1	Insignificante

Fonte: Audin/UFABC

A partir das escalas acima, é calculado o nível de risco (NR), que pode variar de 1 – risco baixo a 80 – risco altíssimo, de acordo com o resultado do cálculo:

$$NR = P \times I$$

Onde:

NR - nível de risco

P – probabilidade

I – impacto

Figura 10 – Escala de nível de risco

5	5	10	20	40	80
4	4	8	16	32	64
3	3	6	12	24	48
2	2	4	8	16	32
1	1	2	4	8	25
P X I	1	2	4	8	16

LEGENDA	
	risco baixo
	risco médio
	risco alto
	risco altíssimo

FONTE: AUDIN/UFABC

De acordo com a escala utilizada, a probabilidade é analisada também sobre os aspectos de relevância e criticidade e o impacto, sobre a materialidade. Assim, o estoque de recomendações ficou hierarquizado, por assunto, da seguinte maneira:

Figura 11 – Hierarquização por assunto do estoque de recomendações

ASSUNTO	PROBABILIDADE	IMPACTO	GRAU RISCO
CONTRATOS COM A FUNDAÇÃO	5	16	80
CONVÊNIOS	5	16	80
FUNDAÇÃO DE APOIO	5	16	80
ANÁLISE DOS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO	4	16	64

CONTRATOS (FISCALIZAÇÃO)	4	16	64
CONTRATOS TERCEIRIZADOS	4	16	64
PLANEJAMENTO E METAS	3	16	48
GOVERNANÇA NAS AQUISIÇÕES	4	8	32
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	4	8	32
REGIMENTO GERAL	4	8	32
RESIDÊNCIA MÉDICA	4	8	32
CENTRAL DE ESTÁGIOS	3	8	24
MATURIDADE DA GESTÃO DE RISCOS	3	8	24
CARGA HORÁRIA DOCENTE	3	8	24
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA	3	8	24
LICITAÇÕES E CONTRATOS	3	8	24
FISCALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO CENTRALIZADA - FOC - AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DE PESSOAS	3	8	24
COMPATIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA	5	4	20
BOLSA PERMANÊNCIA	2	8	16
CESSÃO DE SERVIDORES	4	4	16
DIÁRIAS E PASSAGENS	4	4	16
FROTA	4	4	16
GESTÃO ACADÊMICA E FINANCEIRA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EAD	2	8	16
LAI E OUVIDORIA	4	4	16
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	4	4	16
PET E PQ	4	4	16
PGLS	4	4	16
PLANO DE INTEGRIDADE	2	8	16
ACUMULAÇÃO DE CARGOS	4	4	16
CESSÃO DE SERVIDORES	4	4	16
PAGAMENTO DA GECC	3	4	12
PROGRAMA MORADIA ESTUDANTIL	3	4	12
PROGRAMAS DE EXTENSÃO	3	4	12
RU E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	3	4	12
AFASTAMENTO DE SERVIDOR	3	4	12
GOVERNANÇA DE PESSOAL	3	4	12
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	3	4	12
SERVIÇOS OFERTADOS À COMUNIDADE ACADÊMICA	3	4	12
ACÓRDÃO 55	2	4	8
PATRIMÔNIO	2	4	8
PROFESSOR SUBSTITUTO	2	4	8
TI	2	4	8
PAINT	2	4	8
PATRIMÔNIO	2	4	8
PROGRESSÃO FUNCIONAL	2	4	8
RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO	2	4	8

AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA E DA ATUAÇÃO DA AUDIN	2	4	8
PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO TC 010.354/2017-4. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CAMPUS DE ARAGUAÍNA-TO, REFERENTE À FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DA COORDENAÇÃO DA FAZENDA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FEPE.	2	4	8
ALMOXARIFADO	2	2	4
COOPERAÇÃO TÉCNICA	2	2	4

Fonte: Produzido pela Audin/UFT, com informações do estoque de recomendações e sistema monitor

Figura 12 – Matriz de risco por assunto de recomendações emitidas

5			COMPATIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA		CONTRATOS COM A FUNDAÇÃO; CONVÊNIOS; FUNDAÇÃO DE APOIO
4			CESSÃO DE SERVIDORES; DIÁRIAS E PASSAGENS; FROTA; LAI E OUVIDORIA; LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO; PET E PQ; PGLS; ACUMULAÇÃO DE CARGOS; CESSÃO DE SERVIDORES		ANÁLISE DOS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO; CONTRATOS (FISCALIZAÇÃO); CONTRATOS TERCEIRIZADOS
3			PAGAMENTO DA GECC; PROGRAMA MORADIA ESTUDANTIL; PROGRAMAS DE EXTENSÃO; RU E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO; AFASTAMENTO DE SERVIDOR; GOVERNANÇA DE PESSOAL; PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL; SERVIÇOS OFERTADOS À COMUNIDADE ACADÊMICA	CENTRAL DE ESTÁGIOS; MATURIDADE DA GESTÃO DE RISCOS; CARGA HORÁRIA DOCENTE; DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA; LICITAÇÕES E CONTRATOS; FISCALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO CENTRALIZADA - FOC - AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DE PESSOAS	PLANEJAMENTO E METAS
2			ACÓRDÃO 55; PATRIMÔNIO; PROFESSOR SUBSTITUTO; TI; PAINT; PATRIMÔNIO; PROGRESSÃO FUNCIONAL; RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO; AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA E DA ATUAÇÃO DA AUDIN; PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO TC 010.354/2017-4. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CAMPUS DE ARAGUAÍNA-TO, REFERENTE À FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DA	BOLSA PERMANÊNCIA; PLANO DE INTEGRIDADE; GESTÃO ACADÊMICA E FINANCEIRA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EAD	GOVERNANÇA NAS AQUISIÇÕES; DEDICAÇÃO EXCLUSIVA; REGIMENTO GERAL; RESIDÊNCIA MÉDICA

			COORDENAÇÃO DA FAZENDA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FEPE		
1			ALMOXARIFADO; COOPERAÇÃO TÉCNICA		
P x I	1	2	4	8	16

Fonte: Produzido pela Audin/UFT, com informações do estoque de recomendações e sistema monitor.

Ao fim da aplicação da metodologia utilizada para hierarquizar as áreas e os assuntos de risco, é possível verificar que nenhuma das áreas apresentou os riscos altíssimo e alto, apesar de algumas áreas terem permanecido no limite entre o risco médio e alto; e nenhuma área apresentou o risco baixo. Esse fato leva a crer que as áreas estão tomando medidas para mitigar seus riscos e melhorar os controles. Dentre os assuntos com risco mais elevado (altíssimo) COMPATIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA; CONTRATOS COM A FUNDAÇÃO; CONVÊNIOS; FUNDAÇÃO DE APOIO; ANÁLISE DOS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO; CONTRATOS (FISCALIZAÇÃO); CONTRATOS TERCEIRIZADOS; CENTRAL DE ESTÁGIOS; MATURIDADE DA GESTÃO DE RISCOS; CARGA HORÁRIA DOCENTE; DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA; LICITAÇÕES E CONTRATOS; FISCALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO CENTRALIZADA - FOC - AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DE PESSOAS; PLANEJAMENTO E METAS; GOVERNANÇA NAS AQUISIÇÕES; DEDICAÇÃO EXCLUSIVA; REGIMENTO GERAL; RESIDÊNCIA MÉDICA; e nenhum assunto atingiu o nível baixo de risco.

Fora colhida, nos termos da Instrução Normativa nº 9/2018/CGU, art. 4º, a manifestação da alta administração acerca das expectativas e solicitações, consubstanciada na manifestação do Reitor e Vice-Reitora acerca dos temas relevantes na visão dos gestores, a qual foi levada em consideração para a definição dos trabalhos.

5. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
01	Monitoramento das recomendações citadas nos relatórios da CGU, do Sistema Monitor, das demandas do TCU e da Audin	4 – Políticas de Gestão	Os apontamentos e recomendações feitos pelos órgãos de controle são de fundamental importância para a melhoria dos procedimentos administrativos envolvidos no controle das aplicações dos recursos públicos, além de auxiliar na hermenêutica dos diplomas legais bem como na aderência à legislação vigente.	TCU, CGU-TO e Audin	Acompanhar os atos dos gestores no tocante ao atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle durante o exercício e também verificar as ações que estão sendo desenvolvidas para cumprir o que foi proposto no PPP. Verificar falhas apontadas em todas as recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas do PPP para sanar as constatações apresentadas por meio de notas de auditoria.	Verificar as falhas apontadas em todas as recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas no plano de providências para sanar as constatações apresentadas por meio de notas de auditoria	Permanente	Todas as unidades que forem citadas nos relatórios
02	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT/2019	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Relatório elaborado sem a devida clareza e objetividade, dificultando o entendimento da real situação em que se encontra a Instituição, não evidenciando se os controles internos administrativos são adequados e se os recursos públicos estão sendo devidamente aplicados. Para o administrador público, o relatório é um importante instrumento auxiliar de	CGU	Expor as atividades de auditoria que foram realizadas durante o exercício equivalente e seus achados, a eficácia dos resultados alcançados, as justificativas apresentadas quanto às pendências existentes e as recomendações e sugestões apresentadas aos centros de custos com vistas a melhorar as atividades administrativas.	Detalhar os trabalhos de auditoria desenvolvidos de acordo com o que estava previsto no PAINT/2019 e as auditorias especiais que (se) foram realizadas e, ainda, demonstrar as atividades de acompanhamento preventivo e assessoria à gestão desenvolvidas durante o exercício	02 a 31 de janeiro de 2020 (22 dias úteis)	Audin



Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
			gestão, na medida em que pode ajudar a entidade a alcançar suas metas, proporcionando-lhe informações, análises e recomendações, facilitando o processo de gestão. Para a CGU-TO, permite avaliar o trabalho desenvolvido pela Unidade de Auditoria Interna.		Contribuição da Unidade de Auditoria Interna na prevenção de irregularidades e impropriedades.	abrangido pelo relatório.		
03	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2021	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	<p>Descumprimento dos normativos que regem a elaboração do planejamento das atividades da Audin.</p> <p>O PAINT é a ferramenta utilizada pelo gestor e pela CGU para acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pela equipe da Audin</p>	CGU	<p>Planejar e organizar por área os trabalhos de auditoria a serem realizados durante o exercício de 2021, utilizando a matriz de risco elaborada com a metodologia da ABR e sob os critérios da materialidade, relevância e criticidade.</p> <p>Elaborar um planejamento de auditoria de acordo com a legislação vigente, observando as áreas que possuem grau de risco mais elevados.</p>	<p>Analisar o PDI da instituição, os resultados obtidos no exercício anterior, a matriz de riscos elaborada e o estoque de recomendações e aplicar a metodologia da ABR para estabelecer as ações que serão desenvolvidas no exercício subsequente.</p>	02 de setembro a 31 de outubro de 2020 (42 dias úteis)	Audin
04	Transparência no relacionamento com a fundação de apoio.	4 – Políticas de Gestão	A utilização da fundação de apoio como suporte para execução de recursos financeiros que são transferidos pelas universidades tem sido assunto relevante em todo o país, devido principalmente à fragilidade e até mesmo à falta de controles específicos	Audin	Monitorar o grau de atendimento das recomendações emitidas no trabalho de auditoria realizado em 2019, de acordo com Acórdão nº 1.178/2018/TCU Plenário, que versa sobre os requisitos de transparência na relação fundação de apoio e	Acompanhar os 13 projetos integrantes da amostra retirada dos trabalhos de 2019, de forma a avaliar a evolução dos controles aplicados à transparência no planejamento,	01 de julho a 31 de agosto de 2020 (44 dias úteis)	Proad



Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
			<p>e suficientes para mitigar os riscos do processo que vai desde a transferência do recurso para a fundação até a comprovação do cumprimento do objeto e a prestação de contas.</p> <p>A unidade responsável pela concretização desse tipo de transferência na universidade é a Proad, que obteve 74,40% de grau de risco, ficando no décimo oitavo lugar das áreas com risco mais elevado na hierarquização realizada pela aplicação da ABR.</p>		<p>universidade, atualizando painel de atendimento dos requisitos e avaliando as ações implementadas.</p> <p>Espera-se, com isso, acompanhar o cumprimento das recomendações e a evolução do atendimento aos requisitos de transparência elencados na decisão da corte de contas e incluir os dados no relatório de gestão, no que tange a atuação da Auditoria Interna.</p>	execução, prestação de contas e avaliação.		
05	Política de Comunicação da UFT	4 – Políticas de Gestão	<p>A imagem e comunicação da instituição constitui elemento fundamental para o sucesso das ações desenvolvidas pela universidade, sendo um processo chave do PDI vigente.</p> <p>A avaliação dos serviços e da imagem da UFT é ação constante do PDI, fazendo parte da meta “M 1.2.2. Instituir procedimentos de avaliação da Gestão”, qual se encontra dentro da temática de Planejamento e Metas, cujo risco constante na hierarquização resultado da aplicação da ABR, ficou em</p>	Audin	<p>Avaliar a aplicação da política de comunicação e serviços da UFT, bem como seus impactos na imagem da instituição.</p> <p>Espera-se com os trabalhos ter um panorama de como a aplicação da Política de Comunicação da UFT contribui com o desenvolvimento e melhoria da imagem institucional.</p>	Verificar a aplicação da Política de Comunicação da UFT, através de amostragem das ações aplicadas, verificando sua regularidade, eficiência e eficácia.	01 de abril de a 30 de junho de 2020 (62 dias úteis)	Sucom



Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
			sétimo lugar entre as temáticas, figurando em risco altíssimo, 48 pontos.					
06	PNAES – Auxílio Permanência Temporário, Atenção à Saúde, Participação em Eventos e Monitoria de Inclusão Digital	3 – Políticas Acadêmicas	<p>O programa de assistência estudantil, após aplicação da metodologia da ABR, teve pontuação com risco alto, além existir manifestação no Ofício nº 16/2019/CGRE/DIPPES/SE SU/SESU-MEC, acerca da relevância de se incluir nos planejamentos de auditoria interna a avaliação da aplicação dos recursos do PNAES.</p> <p>Os recursos do PNAES possuem grande relevância em materialidade dentro das políticas de assistência estudantil. Tendo em vista a realização de auditorias anteriores acerca de outras dimensões do PNAES, o presente trabalho segue o alinhamento da atuação da AUDIN com os riscos estratégicos da instituição, nos termos do PDI.</p>	Audin	<p>Analisar o montante de recursos que é destinado ao pagamento dos respectivos auxílios integrantes do PNAES que ainda não foram objeto de auditoria, para os estudantes selecionados e recebedores.</p> <p>Fortalecimento dos controles internos, adequação das rotinas aos normativos existentes, mitigação dos riscos e correção de possíveis falhas no controle da concessão dos benefícios.</p>	Analisar a seleção e concessão dos benefícios aos estudantes, através de amostras, verificando a regularidade da aplicação dos recursos.	01 de agosto a 31 de outubro de 2020 (63 dias úteis)	Proest
07	Carga horária e transparência das atividades docentes	3 – Políticas Acadêmicas	O descumprimento pelos docentes da carga horária de aulas e a consequente ausência de transparência das atividades desenvolvidas pode trazer prejuízos aos	Audin	Analisar o cumprimento da carga horária dos docentes nos diversos cursos da universidade, a fim de verificar sua adesão aos normativos existentes bem	Verificar se a universidade realizou as adequações que foram recomendadas pela CGU quanto à regularização dos	01 de setembro a 30 de novembro de 2020 (62 dias úteis)	Prograd



Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
			<p>estudantes da instituição, acarretando um ensino de pouca qualidade e a queda nos indicadores de desempenho da universidade.</p> <p>Além disso, a Prograd apresentou 68,40% de risco quando da aplicação da ABR e o assunto referente à carga horária e à transparência das atividades docentes apresentou grau de risco altíssimo. A presente ação encontrava-se prevista para o ano de 2019. No entanto, tendo em vista que os normativos necessários para a avaliação da aplicação dos controles tiveram sua publicação apenas no decorrer do ano, a AUDIN transferiu o trabalho para o ano seguinte, quando haverá aplicação a ser verificada nas análises.</p>		<p>como o grau de transparência das atividades desenvolvidas.</p> <p>Fortalecimento dos controles internos, adequação das rotinas aos normativos existentes, mitigação dos riscos e correção de possíveis falhas no controle da transparência e da carga horária dos docentes.</p>	<p>normativos referentes à carga horária docente e analisar o cumprimento da carga horária e como se dá a transparência para as atividades docentes.</p>		
08	Implantação do PGMQ	4 – Políticas de Gestão	<p>A Instrução Normativa nº 03/2017/CGU, que trata acerca do Referencial Técnico da Atividade Auditoria Interna Governamental, determina a implantação de Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade.</p>	CGU	<p>Implantar as avaliações dos trabalhos e auto avaliação previstas no programa.</p> <p>Integrar às rotinas de auditoria, após o término de cada trabalho, a avaliação dele, bem como efetivar o primeiro ciclo de autoavaliação previsto no</p>	<p>Aplicar as ferramentas de avaliação para cada trabalho de auditoria, bem como aquelas voltadas para autoavaliação da unidade.</p>	<p>02 de janeiro a 30 de abril de 2020 (83 dias úteis)</p>	AUDIN



Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
			Apesar de não previsto no PAINT 2019, a AUDIN elaborou e submeteu ao CONSUNI o texto do PGMQ, qual fora aprovado. Desta feita, segue necessária a efetiva implantação do programa e de suas avaliações.		programa, com o intuito de identificar o estágio atual de maturidade da unidade, bem como coletar os dados necessários para traçar as metas de melhoria da qualidade para a AUDIN.			
09	Convênios projetos FAPTO	4 – Políticas de Gestão	<p>Segundo a aplicação da metodologia ABR, a temática Contratos com a Fundação de Apoio teve risco altíssimo.</p> <p>A materialidade dos valores dos contratos e convênios com a Fundação de Apoio destaca grande relevância da matéria.</p>	Audin	<p>Avaliar parte dos controles aplicados nos contratos e convênios com a Fundação de Apoio, de forma a verificar sua aplicação e eficácia.</p> <p>Obter o panorama sobre as prestações de contas dos convênios e contratos com a fundação, para verificar a aplicação e eficácia dos controles para emprego dos recursos públicos despendidos.</p>	Avaliar a execução de projetos com relevância e materialidade para verificar a aplicação e efetividade dos controles no empregos dos recursos públicos.	01 de junho a 30 de setembro de 2020 (87 dias úteis)	Proad

6. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PREVISTAS

A realização das atividades de auditoria interna requer constante capacitação dos servidores que as executam, a fim de garantir que os trabalhos possuam um embasamento teórico capaz de oferecer aos gestores assessoramento, opiniões e recomendações consistentes e eficientes para colaborar com a mitigação dos riscos e com o aperfeiçoamento dos controles internos.

A seguir são apresentadas as ações de capacitação previstas para os servidores lotados na auditoria Interna para o exercício de 2020.

Figura 13 – Previsão de ações de capacitação – Audin/UFT

Ação prevista	Origem da demanda	Justificativa	Cronograma	Local	Servidor - Hora
Participação no Fórum Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas Vinculadas ao MEC – FONAI	MEC/AUDIN	Treinamento e integração dos servidores das auditorias internas das instituições federais vinculadas ao MEC	Maio e novembro de 2019	A definir	4 servidores – 160h
40º CONBRAI – Congresso Brasileiro de Auditoria Interna	AUDIN	Treinamento e integração dos servidores das auditorias internas.	A definir	A definir	4 servidores – 64 h
4º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições	AUDIN	Capacitação dos servidores da auditoria interna	17 a 20 de agosto de 2019	Foz do Iguaçu – PR	4 servidores – 88 horas

Fonte: elaborado pela Audin com base nas necessidades de capacitação dos servidores da unidade

7. DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS, PREMISSAS, RESTRIÇÕES E RISCOS ASSOCIADOS

Nos termos da Resolução nº 02/2019/CONSUNI/UFT, a qual institui o Manual de Auditoria Interna da UFT, as demandas detectadas pontualmente e de caráter não postergável, que ensejam na necessidade de correção de falhas em processos importantes da administração, serão tratadas pelo uso do fluxo da Nota de Auditoria, a qual seguirá os requisitos e procedimentos constantes do aludido manual.

Em atenção a demandas de auditoria extraordinárias, que não ensejem a aplicação do fluxo da Nota de Auditoria, estas terão sua relevância e urgência analisadas, bem como verificada a possibilidade de encaixe junto ao cronograma de auditoria constante no PAINT. Caso positivo, a ação será cadastrada seguindo a sequência numérica das ações do PAINT, sendo listada como ação não planejada, porém executada no ano, dentro do respectivo RAIN.T.

As premissas nas quais se fundam o presente PAINT constam das bases do Plano de Desenvolvimento Institucional vigente para a instituição, consubstanciadas em seus eixos de atuação, quais sejam:

Eixo nº 01 – Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão Sinaes 8 - Planejamento e Avaliação);

Eixo Nº 02 – Desenvolvimento Institucional (dimensões Sinaes 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e 3 - Responsabilidade Social da Instituição);

Eixo Nº 03 – Políticas Acadêmicas (dimensões Sinaes 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, 4 - Comunicação com a Sociedade e, 9 - Políticas de Atendimento aos Discentes);

Eixo Nº 04 – Políticas de Gestão (dimensões Sinaes 5 – Políticas de Pessoal, 6- Organização e Gestão da Instituição e, 10 - Sustentabilidade Financeira); e,

Eixo Nº 05 – Infraestrutura Física (dimensão Sinaes 7 – Infraestrutura Física).

Tais premissas são basilares e norteadoras do planejamento da UFT, e a AUDIN conduz seus trabalhos de maneira alinhada aos eixos, aplicando os pressupostos de auditoria constantes no Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Governamental, com base nos princípios fundamentais e demais orientações descritas na Instrução Normativa nº 03/2017/CGU.

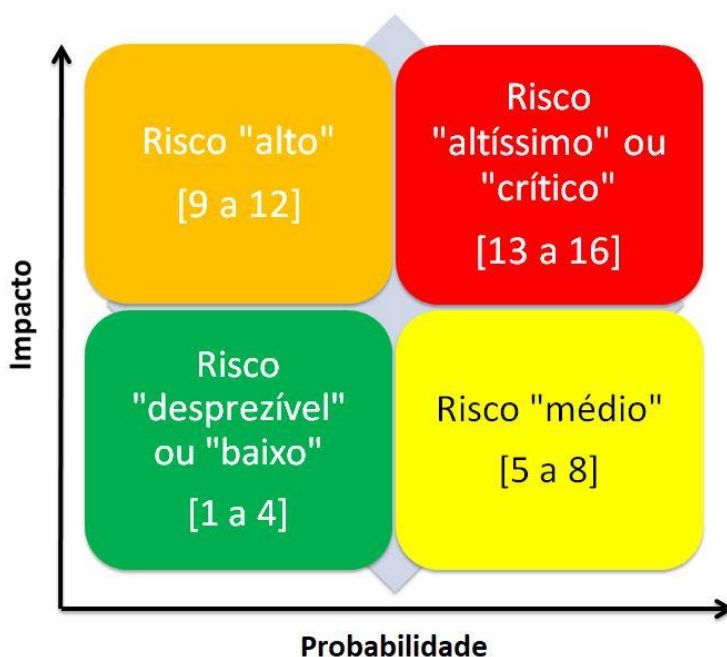
As restrições existentes a execução do presente PAINT foram levadas em consideração durante o planejamento dos trabalhos, para que estes sejam adequados

à capacidade operacional da equipe, que atualmente conta com 4 membros, entre estes o coordenador, frente aos trabalhos necessários para o exercício planejado.

Tendo em vista a restrição orçamentária vigente no Poder Executivo, as atividades foram definidas sob a perspectiva de que possam ser executadas sem o deslocamento de sede dos servidores, que fora previsto apenas em relação as capacitações. Nessa perspectiva foram planejadas ações contando com os recursos já existentes na AUDIN, e considerando a previsão de licença maternidade para uma servidora, com suposto retorno para o segundo semestre. Dessa forma a unidade, ao lidar com as restrições apresentadas, dimensionara os trabalhos conforme a capacidade operacional prevista.

Foram avaliados os riscos associados à execução do PAINT, bem como definidas medidas de mitigação para cada um, aplicada escala de Probabilidade e Impacto com 4 níveis cada, gerando a matriz abaixo, resultado do cruzamento dos fatores:

Figura 14 – Matriz de risco execução do PAINT



Fonte: Audin/UFT utilizando ABR

Aplicada presente matriz e avaliados os riscos para a execução do PAINT, a UAIG consolidou a seguinte tabela de riscos contendo as respostas definidas para os riscos levantados, bem como as ações a serem implementadas no tratamento, que seguem:

CATEGORIA DO RISCO	RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	GRAU DE RISCO	RESPOSTA AO RISCO	AÇÕES
OPERACIONAL	INOBSERVÂNCIA DO FLUXO DE MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ESTOQUE	2	4	8	MITIGAR	DESTINAR HORAS DE TRABALHO DOS AUDITORES DA UNIDADE PARA ATUALIZAÇÃO E PROVIDÊNCIAS DE MONITORAMENTO, E REALIZAÇÃO DOS ATOS PREVISTOS NO FLUXO
TÁTICO	NÃO CUMPRIR EM SUA INTEGRALIDADE AS AÇÕES PREVISTAS NO PAINT PARA O EXERCÍCIO	2	3	6	MITIGAR	BUSCAR METODOLOGIAS PARA PREVISÃO DE TEMPO DE TRABALHO POR ATIVIDADE, QUE POSSAM NORTEAR O PLANEJAMENTO DE CADA AÇÃO, PARA QUE SEU DIMENSIONAMENTO SEJA ADEQUADO AO TEMPO E PESSOAL DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO
OPERACIONAL	NÃO ATINGIR AS HORAS DE TREINAMENTO PREVISTAS	1	2	2	MITIGAR	BUSCAR CURSOS GRATUITOS EM PLATAFORMAS DE EaD

Os riscos identificados pela equipe para a execução do PAINT 2020 encontram-se nas faixas média e baixa da matriz. No entanto, o apetite a risco da unidade fora definido em nível baixo, optando-se por dar resposta de mitigação para todos os riscos, definindo ações que visam mitigar a possibilidade de sua ocorrência.

Palmas, 25 de outubro de 2019.

DILSON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR
Coordenador de Auditoria Interna